

Tribunal Judicial da Comarca dos Açores reforça quadro de pessoal e reduz processos

POR OLIVÉRIA SANTOS

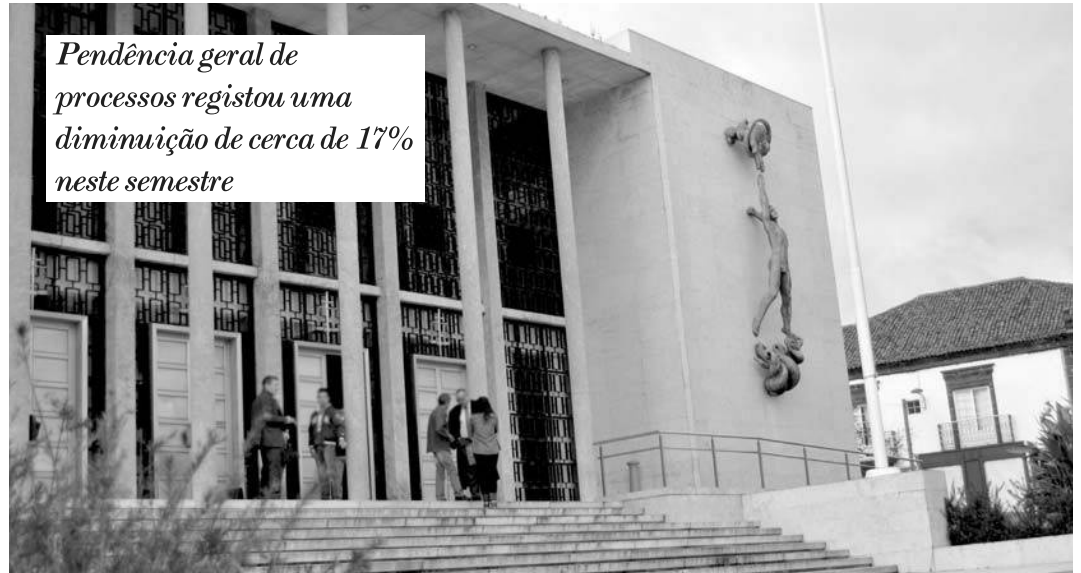
O Tribunal Judicial da Comarca dos Açores revelou ontem, em conferência de imprensa, em Ponta Delgada, o relatório semestral (1 Janeiro a 30 Junho de 2018) quanto ao «estado dos serviços e à qualidade da resposta» da instituição.

Da análise dos dados, em matéria de recursos humanos, verifica-se que apesar da saída de dois funcionários, o quadro de efectivos, no que concerne aos Oficiais de Justiça, foi reforçado em Maio de 2018 com sete novos oficiais de justiça (no âmbito do movimento extraordinário de Dezembro de 2017), o que produziu, como dá conta o Presidente do Tribunal, “uma relevante alteração nos recursos humanos da secretaria”. O quadro de oficiais de justiça em funções nos serviços judiciais afectos aos diversos Juízos do Tribunal, sedeados em 13 concelhos distintos, dispersos por 8 ilhas, é agora de 129 (sendo o quadro legal de 155). O quadro de funcionários conta ainda com 5 assistentes operacionais (sendo o quadro legal de 9) e 1 técnico de informática (sendo o quadro legal de 2).

Neste semestre o número de Juízes de Direito manteve-se em 32, sendo um deles auxiliar.

Quanto à pendência de processos judiciais, o relatório dá conta que neste momento é de 10 333 (estatística oficial) e de 21 846 (estatística de secretaria), sendo que no período em referência entraram no sistema 7 638 novos processos; tendo findado no mesmo período 9 688 (estatística oficial) e 12 194 (estatística de secretaria).

Indica o relatório que o Tribunal Judicial da Comarca dos Açores “continua



Pendência geral de processos registou uma diminuição de cerca de 17% neste semestre

a reduzir, de forma consistente, a pendência geral, sendo neste semestre tal diminuição de cerca de 17%, registada mais pronunciadamente nas áreas cível e tutelar”.

No documento assinado pelo juiz desembargador, José Francisco Moreira das Neves, lê-se que “os dados estatísticos evidenciam um desempenho geral substancialmente positivo. A redução de pendências, sinal mais visível da eficiência alcançada pelos serviços, ocorre transversalmente em todos os Juízos, nas diversas jurisdições, se bem que, aqui e ali, se registem alguns aumentos (nas áreas de instrução criminal ou laboral) em razão de entradas extraordinárias, que no cômputo anual se tor-

nação irrelevantes”.

No que diz respeito ao cumprimento dos objectivos processuais, o relatório revela que “neste momento os objectivos podem considerar-se totalmente cumpridos em todos os Juízos, ainda que aqui e ali seja necessário equilibrar resultados menos conseguidos numa dada área jurisdicional (como sucede por exemplo no Juízo Local da Horta com os processos da jurisdição laboral)”.

Na nota conclusiva do relatório, o Tribunal Judicial da Comarca dos Açores recorda que já propôs aos órgãos de governo central alguns ajustamentos ou mudanças. Alias, avança, “é neste contexto que se enquadram as

propostas de alteração à estrutura do Tribunal, cuja justeza foi já reconhecida e se aguarda para breve a sua completa implementação. Espera-se que o mesmo suceda relativamente ao sistema de acesso ao Direito, sobretudo no concernente aos cidadãos residentes nas ilhas de Flores e Corvo”.

Por outro lado, o Presidente do Tribunal diz ainda estar convicto “que o aprofundamento da especialização a breve prazo, como se preconiza para a ilha Terceira, acrescentará vantagens não apenas nas novas áreas de especialização (na jurisdição de família e menores e trabalho) mas também no desempenho das demais”.

oliveriasantos@diariodosacores.pt

Governo e serviços prisionais alargam rede de intervenção junto de reclusos



A Secretária Regional da Solidariedade Social revelou, em Ponta Delgada, que cerca de duas centenas de reclusos de estabelecimentos prisionais nos Açores já beneficiaram do trabalho de articulação realizado entre as entidades parceiras do protocolo da Rede de Su-

porte Sócio-cultural à Mobilidade Humana (RSSCMH).

“O protocolo entre a Rede de Suporte Sócio-cultural à Mobilidade Humana e a Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, estabelecido desde 2005, foi agora alargado a outros

parceiros, nomeadamente as direcções regionais do Emprego e Qualificação Profissional e a da Prevenção e Combate às Dependências”, salientou Andreia Cardoso, acrescentando que “estes dois novos parceiros são determinantes, quer seja no processo de tratamento e prevenção, quer seja na promoção da empregabilidade”.

Andreia Cardoso falava à margem da assinatura de um protocolo entre o ISSA - Instituto da Segurança Social dos Açores e a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais com vista à prevenção da reincidência criminal.

“Os dois grandes objectivos desta parceria são prevenir a reincidência e promover a integração efectiva destes cidadãos na comunidade”, afirmou, adiantando que “já há um trabalho de 10 anos realizado, o que permite perceber agora quais são os pontos em que é possível melhorar e aprofundar estas parcerias”.

Andreia Cardoso referiu ainda que “é importante passar esta metodologia de trabalho para o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo e tentar também, de alguma forma, adaptá-lo ao Estabelecimento Prisional da Horta”, de acordo com a sua própria realidade prisional.

O Director-geral dos Serviços Prisionais, Celso Manata, sublinhou, por seu turno, “a singularidade” do protocolo na medida em que agrega vários serviços.

“Isto começou em São Miguel. É uma prática que tem dez anos, período em que a direcção já colabora com várias entidades, o que permite realizar um conjunto de acções com estas entidades”, frisou Celso Manata.

O responsável destacou ainda que este protocolo “é um exemplo” de boas práticas que gostaria de replicar à Região Autónoma da Madeira e continente.